

‘Discutir o tema do aborto era dívida pendente’, diz antropóloga

Sonia Corrêa afirma que debate na Argentina deve estimular países vizinhos a rever suas legislações

[\(O Globo, 27/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Após o governo argentino [decidir iniciar no Congresso o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez](#), a antropóloga Sonia Corrêa, que é coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, destaca avanços recentes na América Latina e se diz otimista quanto à mobilização argentina.

Qual é a sua avaliação do que acontece na Argentina?

A campanha pela legalização do aborto lá começou, de forma estruturada, em 2004, e desde então nunca perdeu força. Agora, pela primeira vez, o Estado dá uma resposta. O país teve avanços recentes em relação a reconhecimento da identidade de gênero e legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas o aborto era uma dívida pendente.

Há chances reais de descriminalização total por lá?

Existe um clima histórico bastante favorável à descriminalização. Está se formando uma coalizão transpartidária para aprovar o tema.

Qual deve ser o impacto disso na América Latina?

Os outros países tendem a ser influenciados. No caso da Argentina, a influência mais direta foi o Uruguai, que legalizou o aborto em 2012. Nos últimos 30 anos, a América Latina teve grandes retrocessos, com cinco países proibindo o aborto em qualquer situação (Chile, Honduras, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana). Então vejo com bons olhos o fato de que houve avanços de 2006 para cá: a Colômbia ampliando sua lei em 2006, a Cidade do México autorizando totalmente o aborto em 2007, o Brasil

permitindo em casos de anencefalia em 2012, o próprio Chile saindo da proibição absolutista, no ano passado. O debate argentino deve jogar ainda mais água no moinho.

Entrevista a Sonia Corrêa: “Em 2018, as feministas vão estar na rua!”

A ativista e investigadora brasileira Sonia Corrêa esteve em Lisboa e conversou com o Esquerda.net sobre a primavera feminista que tem sacudido o Brasil e também sobre os avanços e os recuos, na já tão longa luta pelo fundamental direito ao aborto.

[\(Esquerda.net, 27/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Sonia Corrêa é feminista e investigadora em estudos de gênero, com inúmeras publicações na área dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Desde 2002, é também co-coordenadora, com Richard Parker (EUA/Brasil), do fórum global [Sexuality Policy Watch\(link is external\)](#)(Observatório de Sexualidade e Política), e investigadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e do [Departamento de Estudos de Gênero da London School of Economics and Political Science\(link is external\)](#).

No final de dezembro de 2017, Sonia Corrêa esteve em Lisboa e conversou com o Esquerda.net sobre a primavera feminista que tem sacudido o Brasil, desde 2015, e também sobre os avanços e recuos na já tão longa luta pelo fundamental direito ao aborto. Não há desistências, “em 2018, as feministas vão estar na rua!”, garantiu-nos.

“Um feminismo plural, colorido e cheio de corpo”

Sobre a então denominada “primavera feminista”, Sonia Corrêa fez questão de começar por referir que o movimento feminista brasileiro “tem uma história larga” e “remonta ao século XIX”, exemplificando com a luta pelo direito à educação, a das mulheres abolicionistas e “a luta das mulheres escravas rebelando-se contra a escravidão”. Também após os anos 70 do século passado, continuou, “a chamada última onda feminista” constituiu-se num movimento importante, com “energia”, provocando “mudanças legislativas” e “trazendo novos temas”, ligados também à sexualidade, como o direito ao aborto.

Se há algo de novo na “primavera feminista” brasileira, a ativista destacou o facto deste movimento implicar um retorno a uma prática de “política de resistência, política de fronteira e de rua”, rompendo, desta forma, com o antecedente “processo de institucionalização”, muito ligado também ao “processo de democratização”. Em 2015, considerou ainda, “o feminismo toma as ruas” e tem esse “sentido de política de contestação”, concretizada por “uma nova geração de mulheres, muito mais plural” e “mais diversa”, do ponto de vista étnico-racial, das sexualidades e das identidades de género. “É também um feminismo que traz a radicalidade das palavras de ordem e da presença do corpo nu e pintado na rua”, disse ainda, sublinhando que se trata de um “feminismo plural, colorido e cheio de corpo”.

Sonia Corrêa notou também que este movimento surge como “resposta a uma tentativa de restrição do direito ao aborto”, por iniciativa do então deputado federal Eduardo Cunha, que hoje está preso (tendo sido condenado por corrupção, no âmbito da operação Lava Jato), e no contexto do que considera ser “o contexto da restauração conservadora” brasileira. Corrêa lembrou ainda que a atual lei brasileira, que regula o acesso legal à interrupção voluntária da gravidez, remonta aos anos 40 e é “muito restritiva”, permitindo o aborto apenas em caso de risco de saúde para a mulher, de violação e, a partir de alterações muito recentes, também nos casos de anencefalia.

Não por acaso, o último momento mais ativo e mediático da primavera feminista brasileira teve lugar em dezembro passado, “com mais uma

tentativa de retrocesso no direito ao aborto”.

“O aborto clandestino é a quarta causa de morte materna no Brasil”

Para compreendermos melhor esta já tão longa luta por direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, em particular, a luta pelo fundamental direito ao aborto seguro, pedimos a Sonia Corrêa que nos explicasse melhor como tem sido esse caminho de resistência feminista. Além disso, como poderemos fortalecer os laços de solidariedade feminista transacional? O que é hoje essa realidade “clandestina” do acesso ao aborto, no Brasil, e quais os perigos legais e de saúde que as mulheres enfrentam, quando se encontram na situação de uma gravidez indesejada?

Apesar da lei que criminaliza a interrupção voluntária da gravidez, prevendo exceções, de modo muito restritivo e apenas nos casos já mencionados, remontar aos anos 40, o primeiro serviço de aborto legal só foi criado em 1999, em São Paulo, e como “resultado da mobilização feminista dos anos 80 e 90 do século passado”, explicou a investigadora.

Além disso, continuou, porque “o Misoprostol é proibido desde os anos 90”, este medicamento “chega por redes clandestinas” e a sua venda ilegal é um crime enquadrado numa moldura de penalização penal muito agravada. O acesso ao “aborto médico”, que “reduz a 90 por cento os riscos de complicações”, lembrou Corrêa, é então mesmo muito difícil. As consequências desta situação são pesadamente trágicas, levando a que o aborto clandestino seja hoje “a quarta causa de morte materna no Brasil”.

“Em 2018, as feministas vão estar na rua!”

Sobretudo nos últimos anos, o direito a decidir e, do outro lado, a criminalização do aborto têm estado envoltos num intrincado processo jurídico-legal, marcado pela relação de forças entre os movimentos feministas e de esquerda, e as várias ondas conservadoras que vão encontrando o seu caminho na sociedade brasileira e tomando importantes lugares de poder. Sonia Corrêa falou-nos sobre como os sectores religiosos, por exemplo, têm feito pressão, um pouco por todo o mundo, para que “o direito à vida desde a concepção” seja inscrito no ordenamento constitucional

dos Estados. A Constituição brasileira, referiu a investigadora, “não inclui o direito à vida ‘desde a concepção’”, porém, “a Igreja Católica tem feito pressão” e os primeiros países a ceder “foram Malta, na Europa, e o Chile, durante a ditadura de Pinochet”.

Em 2015, no Brasil, foram então apresentados dois projetos legislativos: “o primeiro morreu na praia”, contou Corrêa, pois este partiu da iniciativa do agora ex-deputado Eduardo Cunha, que foi preso na altura. O segundo, partiu da ação de um senador “pastor evangélico” e trata-se de uma “uma emenda constitucional para incluir o direito à vida desde a concepção”. Este diploma “continua em tramitação no Senado brasileiro”, explicou.

Porém, prosseguiu a investigadora, em novembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou “um caso criminal sobre aborto, envolvendo médicos e enfermeiros” e, nesse contexto, “foi emitida uma opinião, na qual uma turma de juízes defendeu a inconstitucionalidade das restrições e da criminalização do direito ao aborto”. Esta situação teve “dois desdobramentos”, explicou Corrêa, referindo que a consequência positiva concretizou-se numa petição entregue no STF, em março de 2017, a favor da despenalização do aborto (a pedido da mulher e até às 12 semanas), uma iniciativa do PSOL, apoiada por movimentos feministas.

O “desdobramento negativo” foi a oportunidade encontrada pelas “forças conservadoras e contrárias ao direito ao aborto”, que se aproveitaram da já conhecida ‘PEC 181’, uma ‘Proposta de Emenda Constitucional’, já aprovada no Senado brasileiro e que “estava em tramitação”. Embora esta emenda tenha surgido, inicialmente, no sentido de “ampliar a licença de maternidade para mulheres com filhos prematuros”, os movimentos conservadores conseguiram introduzir, no mesmo diploma, “o direito à vida desde a concepção”. “Agora, a PEC está a ser debatida numa comissão especial, composta por 18 homens e uma mulher, todos contrários ao direito ao aborto”, lamentou Sonia Corrêa. Como seria de esperar, nestas condições, a PEC 181 vai fazendo o seu caminho, que é também de “retrocesso”, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e já foi aprovada naquela instância, em outubro do ano passado.

Como relatou a investigadora e também ativista, “a reação feminista foi

imediate e houve um regresso às ruas”, levando a que o debate sobre o direito ao aborto voltasse a ser colocado no espaço público “de uma maneira muito intensa”.

Sonia Corrêa contou-nos ainda o conhecido “caso de Rebeca”, ou seja, a história de uma “corajosa” mulher negra que, encontrando-se na situação de uma gravidez indesejada, “solicitou, ao Supremo Tribunal de Justiça, uma autorização para o acesso ao aborto medicamentoso”. A decisão foi negativa e Rebeca Mendes acabou por realizar a sua interrupção voluntária da gravidez, de forma segura, mas deslocando-se à Colômbia, “onde este direito é garantido, em caso de dano psicológico para a mulher”, tendo sido esta a razão invocada. “Este caso, de uma mulher corajosa, deu uma nova energia ao movimento que resiste à PEC 181”, afirmou Corrêa, descrevendo ainda como “a votação final tem sido adiada”, graças a vários procedimentos regimentais, “no sentido de adiar a decisão final para a próxima legislatura”.

Aliás, defendeu, por agora, esta “é a única estratégia possível, dada a atual situação política do Brasil”. Na sua opinião, nas próximas eleições presidenciais de 2018, as questões sobre o direito ao aborto estarão em cima da mesa e presentes no debate eleitoral. “Será uma eleição muito difícil, os horizontes para o próximo ano são difíceis de predizer”, disse, acrescentando que também haverá luta e é preciso solidariedade internacional: “Em 2018, as feministas vão estar na rua!”.

Sofia Roque

Crise política e epidemia têm a mesma origem, afirma

especialista em direitos reprodutivos

(Marina Pita/Agência Patrícia Galvão, 29/04/2016) Fatores que contribuíram para a atual crise política - como incapacidade de garantir o direito à saúde e cidades saudáveis - também permitiram o surgimento das epidemias no Brasil



A cobertura da mídia foi repentinamente tomada por um único assunto que se desdobra em dois: a crise política e a crise econômica. Sobra algum pouco espaço para seguir tratando das epidemias de dengue, [zika](#) e chikungunya, mas raramente os dois temas são combinados. E, no entanto, eles têm tudo a ver, os mesmos fatores

desencadearam ambos”, defende Sonia Corrêa, pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e co-coordenadora do [Observatório de Sexualidade e Política](#) (SPW, na sigla em inglês). “As falências que explicam a epidemia no Brasil também são aquelas que delineiam uma série de obstáculos e riscos mais contundentes para o futuro do Brasil”, afirma.

“A epidemia de zika não vem sozinha, vem com outras epidemias, em um contexto de outras enfermidades em ascensão, como as síndromes congênitas, em que os casos triplicaram desde 2008. Foram 22 mil casos de síndromes congênitas de sífilis no ano passado. É um escândalo. E nesse cenário político, com enorme instabilidade institucional, com horizontes obscuros, é quase um pesadelo, em um certo sentido”, analisa Sonia Corrêa. A especialista em sexualidade, direitos das [mulheres](#) e saúde salienta, no entanto, que é preciso cautela para garantir uma análise bem informada da situação e não cair em saídas simples.

O Brasil falhou em três frentes

Na avaliação da pesquisadora, o Brasil falhou em enfrentar três desafios e são justamente essas falências que levaram à crise política e à situação de tríplice epidemia. A primeira falência é a de avançar para cidades saudáveis, com implantação de saneamento básico universal, controle de vetores de doenças e garantia do [direito à saúde](#).

A segunda falha, por mais paradoxal que pareça, diz respeito às falhas estruturais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. “Se por um lado foi a capacidade técnica instalada no SUS e a capacidade de pesquisa pública que permitiram a descoberta da síndrome congênita, por outro lado, do ponto de vista da assistência, das demandas das pessoas, especialmente das mais pobres, o sistema é muito irregular, varia de local para local. A situação nas grandes cidades é uma tragédia. Uma tragédia decorrente de problemas de financiamento e de gestão e problemas derivados desse movimento de privatização da assistência nos níveis primário e secundário para as organizações sociais, em regimes de prestação precários de controle e supervisão”, diz Sonia Corrêa.

A especialista aponta ainda que a situação calamitosa do Sistema Único de Saúde não é apenas uma questão de recursos. Houve transferência de bilhões para as chamadas Organizações Sociais (OSs) até há pouco tempo, e os problemas já existiam. Com a crise fiscal que assolou o país, no entanto, o que já estava ruim se transformou em “uma cena dantesca”, frisa Sonia Corrêa.

A crise no SUS afeta sobretudo a atenção básica e o nível secundário, o lugar central de implementação das políticas adequadas de [saúde sexual e reprodutiva](#), e em que se deve tratar a questão da transmissão sexual e na gestação. “Houve aumento dos casos de sífilis congênita no país porque a prevenção, a assistência básica em ginecologia e a atenção de qualidade de pré-natal falharam. Saímos de 8 mil casos de síndrome congênita de sífilis, em 2008, para 22 mil casos em 2015 - é um escândalo!”

A terceira falência, aponta Sonia Corrêa, é própria política da saúde sexual e reprodutiva. Apesar de o Brasil ter desenhado nos anos 1980 uma resposta ampla de saúde integral às mulheres - o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) -, enquanto política, esta nunca foi

adequadamente implementada, sofreu inúmeros altos e baixos e, nos últimos seis anos, desde o começo do governo Dilma, foi convertida em política materno-infantil. “E, pior, uma política materno-infantil ruim”, opina a especialista.

Política sexual-e reprodutiva *versus* materno-infantil

O argumento de Sonia Corrêa para criticar a qualidade da política materno-infantil é a alta taxa de mortes maternas: 35 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, considerando que 85% dos partos no Brasil são hospitalares. “Se funcionasse a política materno-infantil, não estaríamos vivendo essas respostas tão dramáticas à epidemia. É uma descrição de calvário, peregrinação, impossibilidade de responder. É o Ministério da Saúde que não distribui os testes – algo inaceitável e inexplicável”, salienta.

Claro que houve vitórias neste processo de definição de uma política ampla para a saúde das mulheres, lembra Corrêa. Uma delas, aponta, foi a instalação do serviço de [aborto legal](#), que chegou a ter 80 pontos de atendimento nos anos 2000. Agora, no entanto, são pouco mais de 20 serviços em funcionamento. “Este é um indicador de efetivo retrocesso. Além de que esses serviços têm funcionamento prejudicado pela objeção de consciência na rede pública e as instituições não funcionam para dirimir os efeitos deletérios da objeção de consciência, que às vezes reduz a um único profissional a realizar o procedimento de aborto legal.”

Da boca para fora

Por todos esses fatores, a avaliação de Sonia Corrêa é que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres mantiveram-se, nos últimos anos, predominantemente como uma “política expressiva”. Ou seja, o Estado declara que vai fazer uma coisa e ganha prestígio político, mas efetivamente nunca foram feitos os investimentos necessários, nem financeiros e nem de estratégia de implementação.

Isso ocorre porque, na lógica do sistema de saúde e da hegemonia biomédica, essa foi uma política que sempre bateu de frente com a ideologia do materno-infantil. “É uma espécie de vampiro, que sempre volta”, compara Sonia

Corrêa, para quem as outras dimensões da saúde sexual e reprodutiva foram esvaziadas. “Isso aconteceu porque o governo voltou-se ao materno-infantil para driblar as forças conservadoras”.

Consideradas no contexto brasileiro dos anos 2000, as políticas de saúde sexual e reprodutiva são políticas controvertidas. Elas ataçaram a ira e os ataques do conservadorismo moral, que ganhou espaço na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, e, sobretudo, no plano institucional, o que é possível ver claramente na atual conjuntura política, conclui Corrêa.

A sociedade precisa entender que as mulheres grávidas na epidemia de zika vivem uma situação de tortura

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 23/04/2016) No último painel do 9º Seminário Nacional A Mulher e a Mídia, a antropóloga Debora Diniz, pesquisadora e professora da UnB, aproveitou o momento para dialogar sobre as distorções no debate que vem sendo feito sobre direitos sexuais e reprodutivos frente à epidemia do zika vírus. Destacando que “a epidemia tem um tempo diferente da política”, Debora ressaltou que defender a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos “não é falar em eugenia. O que não temos nenhuma dúvida é que o estado de incerteza em que vivemos traz uma situação de tortura para as mulheres”.

Leia mais: [Grávidas em tempos de zika vivem ‘sob tortura’ \(Folha de S.Paulo, 26/04/2016\)](#)

Debora Diniz, que é também coordenadora da Anis - Instituto de Bioética, apresentou no painel o conceito geral da ação por descumprimento de

preceito fundamental (ADPF), que vem sendo preparada em conjunto com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) para ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Segundo Debora, a ação “não coloca um novo permissivo de licitude à interrupção da gestação, trabalhando com o conceito de ‘estado de necessidade’, previsto no Código Penal, diante do sofrimento imposto às mulheres pela epidemia”, ressaltou.

A proposta visa assegurar a universalização do benefício de prestação continuada a todas as mulheres notificadas como em risco para a síndrome apenas com laudo médico, sem exigência de perícia do INSS; o direito à interrupção da gestação enquanto durar a epidemia, “não se discutindo malformações ou sintomatologia, mas o estado de sofrimento em que essas mulheres estão vivendo”; e a inclusão dos métodos contraceptivos de longa duração e distribuição de repelentes durante o pré-natal, explica. “O litígio é o caminho legítimo quando direitos individuais são violados”, disse Debora.

“A política brasileira de aborto é uma quimera. A trajetória brasileira é da instituição robusta do caráter antidemocrático e autoritário das forças contrárias à autonomia reprodutiva feminina”, enfatizou Sonia Corrêa, pesquisadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) e co-coordenadora do Observatório da Sexualidade.

Estratégias de comunicação

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, apontou a importância de reforçar redes de mulheres e feministas para assegurar direitos. E que é fundamental no debate sobre as estratégias de comunicação frente à epidemia em relação aos direitos das mulheres pensar que “cada uma, em seu lugar de *expertise*, precisa trabalhar comunicacionalmente para que as mulheres estejam no centro do debate”.

Jacira também defendeu a formulação de “estratégias combinadas de atuação política, especialmente a das manifestações performáticas para ganhar mentes e corações, como fazíamos na década de 1980 e abandonamos; aprimorar ao máximo a capacidade de transmitir informações a qualquer interlocutor ou público; dialogar com os jornalistas dos principais veículos impressos de todo o país, tendo em vista que as informações divulgadas por

estes ainda são reproduzidas por emissoras de rádio, TV e outros veículos noticiosos; e realizar reuniões com associações médicas e ações de pressão sobre governos municipais, estaduais e federal, retomando articulações unitárias para construir e dar visibilidade a manifestações nesse sentido, especialmente neste ano eleitoral”. A ideia é pressionar as candidaturas a apresentar propostas de ações emergenciais para dar resposta aos problemas de saneamento, coleta de lixo e distribuição de água de suas cidades.

Outro elemento apontado como fundamental por Jacira Melo foi a necessidade de construir uma aliança com profissionais de saúde em defesa de que ter políticas para assegurar os direitos das mulheres significa também garantir que eles tenham as necessárias condições de exercício profissional.

A representante da Fundação Ford, Nilcéa Freire, concordou com Jacira e resgatou a história do Seminário A Mulher e a Mídia, projetado inicialmente como uma estratégia de diálogo com jornalistas para potencializar a cobertura e repercussão da primeira conferência de políticas para as mulheres.

Neste momento de crise política, o feminismo está vivo nas vozes das jovens e negras

Nilcéa ainda prosseguiu exigindo respeito “às lutas e conquistas do feminismo, à dor das mulheres quando têm um filho assassinado ou quando são violentadas ou impedidas de decidir sobre o que fazer com uma gravidez, um sofrimento inaceitável”. E exaltou “as jovens em todas as praças e ruas que estão retomando e fazendo um feminismo alegre, solto e ousado que vai à rua e diz um palavrão alto e sonoro para o Cunha. Elas dizem em público, e dirão quando o momento vier, que para se eleger neste país tem que considerar as mulheres, seus corpos e o sofrimento do qual Debora falou-nos”.

Durante a discussão, por diversas vezes participantes do evento ressaltaram a necessidade de enfatizar sempre, em todas as ações, estratégias e composição de mesas e espaços de debate, o peso estruturante do racismo na sociedade brasileira, e como as discriminações de raça e gênero se articulam com as desigualdades de classe, potencializando violações ainda mais graves

dos direitos das mulheres negras e trans no cenário de injustiça social estrutural do país.

[Clique aqui para assistir ao vídeo deste debate e dos outros três painéis do Seminário Midia, Zika e os Direitos das Mulheres](#)

Veja também: Por que precisamos de uma ação de planejamento familiar, proteção à maternidade e à infância?

Senado discute ampliação do direito ao aborto pelo SUS

(Rede Feminista de Saúde, 11/08/2015) Um verdadeiro clima de torcidas de futebol instaurou-se no Senado, em 6 de agosto, durante a audiência pública interativa sobre a Sugestão Legislativa (SUG) que regula a interrupção voluntária da gravidez até a décima segunda semana de gestação pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tanto que o senador João Capiberibe, moderador da mesa, chegou a lembrar o público do auditório que não se tratava de um “fla-flu”, mas de um debate profundo. De um lado, estavam aqueles que se intitulam “pró-vida”, formado por padres e militantes religiosos, de outro, as mulheres de instituições feministas que formam a Frente Nacional pela Legalização do Aborto e tratam o tema como questão de saúde pública e de direitos humanos das mulheres. É a terceira audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos para discutir a proposta de projeto de lei que recebeu mais de 20 mil assinaturas. O próximo debate deverá ocorrer em 24 de setembro.

Leia também: [Direito ao aborto legal e seguro como tema da democracia, por Sônia Corrêa](#)

A sociedade pôde assistir pela TV Senado ou Internet e participar por meio

de perguntas por e-mail. Dois homens e duas mulheres contrários e quatro mulheres favoráveis ao projeto de lei expuseram suas argumentações. A intimidação em tom de cruzadas contra as feministas marcou o início do debate, entretanto o entusiasmo do grupo de religiosos, que estava em grande maioria, foi enfraquecendo paulatinamente diante da fundamentação feita pelas mulheres favoráveis à regulamentação.

Pela legalização, estavam Sônia Corrêa, representante do Observatório de Sexualidade e Política, Tatiana Lionço, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia/DF e integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico, Débora Diniz, professora da Faculdade de Direito da UNB e pesquisadora do Instituto de Bioética e Márcia Tiburi, filósofa e professora da universidade Mackenzie. No lado contrário, falaram David Kyle, o diretor do documentário “Blood Money”, Viviane Petinelli e Silva, representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil, o padre Paulo Ricardo e a vereadora do PSOL, Heloísa Helena.

O primeiro a falar foi o diretor do documentário panfletário que, segundo a crítica, tratou o tema com parcialidade e recusou o debate profundo. Antes de sua fala, foram exibidos trechos do filme, que reúne depoimentos de padres, médicos e mulheres para satanizar a lei que legalizou a prática nos Estados Unidos há 40 anos. David acusou os programas do país de persuadir mulheres a interromperem a gravidez indesejada e de fomentar a indústria do aborto visando apenas o lucro. Destacou que o aborto traz muitos riscos à mulher, como depressão e suicídio, e que por isso não deveria ser uma opção. “Vocês têm uma oportunidade aqui no Brasil de debater essa questão. Nos EUA tivemos o aborto imposto à sociedade. A verdade é que o aborto é ruim e perigoso. Essa é a Comissão dos Direitos Humanos e o primeiro direito humano é a vida”, afirmou ele defendendo os direitos humanos do feto.



Tatiana Lionço, que devido ao seu posicionamento libertário já foi vítima de campanhas difamatórias pelo deputado Jair Bolsonaro, teve sua fala interrompida pelos religiosos que não paravam de fazer piadas. “O riso é livre”, gritou um deles. “Milhares de mulheres recorrem ao aborto no Brasil. Não se trata de ideologia, mas sim de um fato social. É absurdo e nocivo o

tratamento dado às mulheres pelos parlamentares brasileiros. É muito grave o processo de criminalização contra o ativismo político, como a CPI do Aborto, que reduz a luta feminista a crime. Por nós, pelas outras e por mim, espero que possamos chegar a um marco legal justo, considerando toda a pluralidade do conjunto da sociedade”, afirmou ela, mesmo diante das tentativas de intimidação. Um dos jovens religiosos, com cerca de 20 anos, bravejou: “o estado é laico, mas não é ateu.”

Mulheres comuns fazem aborto



Débora Diniz pediu tranquilidade para tratar o tema e recorreu às pesquisas para embasar a defesa da legalização: uma em cada cinco mulheres já realizou pelo menos um aborto até os 40 anos. No Brasil, sete milhões e 400 mil mulheres, entre 18 e 39 anos, já realizaram o procedimento em algum momento da vida. “Essas mulheres deveriam estar no sistema penal brasileiro. É disso que estamos falando aqui”, afirmou. Segundo ela, a criminalização da prática faz do aborto uma questão de calamidade pública, visto que 50% das que abortam “finalizam” o procedimento no hospital público, onde “algumas morrem, outras sangram”. “Elas aprendem a regra do silêncio, a desconfiar de quem deveria protegê-las: os seres de jaleco branco ou os homens de batina preta”, pontuou ao detalhar o itinerário das mulheres que abortam no Brasil e não podem contar com o serviço público e muito menos com a igreja.

Segundo ela, as mulheres que abortam são “comuns”, têm filhos, companheiros e religião. Entretanto, para os que defendem a vida do embrião, o aborto é prática somente da outra: a puta, a adolescente, facilmente taxadas de inconsequentes, irresponsáveis e de sexualidade frívola. “Não estamos falando aqui de infanticídio, mas de um embrião até as 12 semanas no útero de uma mulher: a puta, a adolescente, essas que povoam o imaginário desses contrários à legalização. A mulher comum, a adolescente e a puta são todas mulheres comuns. Fiz uma falsa classificação somente para provocar o absurdo dos nossos regimes de julgamento moral. O aborto fala de nós, de vocês, mulheres comuns. Falar de aborto é falar de uma necessidade de saúde da mulher. É a lei penal que mata, interna e

sangra essas mulheres”, finalizou.

Regulamentação como democracia

Sônia tratou o aborto como questão de democracia e defendeu que o debate sobre o tema é um caminho para o aprofundamento do sistema democrático no país e que a consolidação deste direito humano das mulheres está relacionada à existência e aprimoramento do Estado de Direito. Segundo ela, a perspectiva feminista que reivindica os direitos humanos das mulheres repudia as leis e políticas compulsórias do aborto, assim como medidas estatais que coagem as mulheres à procriação compulsória. Sônia explicou que a igualdade entre os gêneros é reconhecida como um forte indicador de desenvolvimento humano e democrático.

Ela traçou uma linha histórica para evidenciar que a lei penal não acompanhou os avanços da sociedade nos direitos às mulheres. No início do século 20, quando as leis que criminalizam o aborto foram adotadas, as mulheres estavam excluídas dos direitos de cidadania. Nos anos 30 e 40 foram reconhecidos os direitos ao voto e ao trabalho, porém as restrições reprodutivas foram mantidas. “A restrição coíbe participação plena das mulheres na sociedade e causa um déficit democrático. Esse não é um debate trivial, exige respeito e abertura ao diálogo”, afirmou.

A falsa dualidade “pró-vida x pró-aborto”



Para vencer a dualidade entre pró-vida e pró-aborto, Márcia Tiburi fez uma análise filosófica sobre o que chamou de discurso “cínico da dominação machista” que sustenta a ilegalidade da prática. “Aborta-se as mulheres para que elas não abortem”, afirmou referindo à alienação das mulheres sobre seu próprio corpo, proposta em um pseudo-debate. “Difícilmente alguém se afirmará favorável ao aborto em si (...). A assimetria entre defesa do aborto e defesa da legalização do aborto é a questão que precisa ser revista para não cairmos na simples defesa da ilegalidade. Portanto, é a sustentação da ilegalidade promovida pelos sacerdotes da moral o que devemos questionar hoje”, propôs.

Márcia afirmou que a questão do aborto está “enredada no círculo cínico da estrutura social machista sociedade”, cuja principal característica é um acordo de fingimento entre enganados, aqueles que fingem não fazer, e enganadores, aqueles que falam contra. “Todos sabemos que mulheres de todas as classes sociais, idades e, inclusive, credos, fazem abortos, e muitas fingem não fazer, pois o ônus da verdade é muitas vezes impagável”, afirma.

Ela citou ainda as falácias mantenedoras do círculo cínico, por meio das quais se consegue o lucro moral, destacando como mais importante a falácia da ordem do discurso. “Em um país de pessoas analfabetas, inclusive as mulheres, e de corrupção desmedida, em termos morais, estão garantidos os votos, o dízimo e o consumo em geral”, afirmou a filósofa causando desconforto e vaias pela torcida contrária.

Adoção como solução

A representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil, Viviane Petinelli e Silva, convidou o público a refletir sobre os impactos sociais e econômicos da regulamentação para as instituições, entre eles o desembolso anual pelo Estado de R\$ 510 milhões para o procedimento, o equivalente a 3% do orçamento do Ministério da Saúde, enquanto o programa Rede Cegonha dispõe de apenas R\$290 mil. A representante defendeu que a legalização não trará resultados “positivos” para a sociedade e que, entre outras consequências, irá prejudicar o bônus demográfico vivido pelo país - de ápice da população ativa - e que as mulheres iriam “colher as consequências” mais tarde, quando precisassem do sistema previdenciário.

Ao final, ela deu a receita pronta para a questão: investir o recurso que se destinaria ao procedimento no SUS em educação de adolescentes e jovens, em centros de adoção e apoio à mulher com gravidez indesejada e em programas de planejamento familiar. Em última instância, no caso de todas as tentativas de educação e métodos falharem, sugeriu a entrega dos filhos para a adoção. “Essa é a saída para não prejudicar social e economicamente o nosso país. A gravidez indesejada é o problema que se resolve com planejamento familiar e educação sexual. Hoje, eu represento 35 mil pessoas que assinaram o abaixo-assinado em favor da vida. Nós queremos sim nossas mulheres vivas, mas também queremos nossas crianças vivas”, finalizou ela,

que começou falando em números.

Questão de saúde pública é contestada

Heloísa Helena iniciou sua fala dizendo que tem posição contrária à de Viviane, em relação aos aspectos econômicos, entretanto concorda com a não ampliação da legalização do aborto. Para ela, tratar o aborto provocado como um problema grave de saúde pública é “cinismo, demagogia e malabarismo técnico”. Isso porque, segundo ela, são registrados anualmente apenas cerca de 140 casos de morte por aborto provocado, equivalente a 0.03% dos óbitos de mulheres no Brasil, sendo 1610 maternas e 470.835 no total. “Não estou discutindo religião, até porque o fanatismo, seja das religiões ou ateísmo, promoveu histórias lamentáveis. O debate é sobre essa coisa maravilhosa que é a vida humana. Não adianta debater prazos, essa vida humana intra-uterina não pode ser deixada de lado diante de nove meses de existência de uma mulher adulta. No Brasil, existem mecanismos objetivos que não obrigam a mulher a amar e a criar”, afirmou.

Estado laico é maracutaia para padre



“Eu gostaria que vocês abstraíssem a batina de quem vos fala. Estou aqui como cidadão brasileiro, não para ler a bíblia e o catecismo, mas para argumentar racionalmente como todos nós seres humanos racionais, pelo bem e futuro do país”, assim iniciou sua fala o padre Paulo Ricardo em resposta à provocação feita pela pesquisadora Débora. Ele disse que as defensoras da legalização estão sendo manipuladas pelas fundações internacionais e as convidou para se integrarem aos “pró-vida”. Assinalou ainda que a busca pela regulamentação depois dos anos 70 pelas fundações trata-se de “engenharia social” e que os dados do SUS indicam apenas R\$ 100 mil procedimentos de curetagem ao ano. “Importante entender, desculpe Dra. Débora, não se trata de embrião, mas de um feto plenamente desenvolvido. Não é uma bola de sangue, é um ser humano”, afirma.

Segundo ele, o investimento de fundações, como a Ford, em legalização do aborto, nas décadas de 50 e 60 tem origem na preocupação com o crescimento populacional e não com os direitos das mulheres. Afirmou que os

fundadores revelaram em um relatório que investiam errado em questões médicas e passaram a investir em sociologia para moldar o comportamento das pessoas. “Basta ler os relatórios das fundações internacionais, não estou falando de catecismo, mas de documentos e não me venham com nhenhênem de laicidade do Estado, porque isso é maracutaia”, finalizou o padre, “representante de uma das mais poderosas, ricas e manipuladoras fundações internacionais da história, o Vaticano” ([como analisou Lola em seu Blog Lola Escreva](#)).

As contradições dos “pró-vida”



Depois da exposição da mesa, a fala foi dada aos parlamentares que se posicionaram contra a regulamentação. O deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), repetindo a mesma fala feita na segunda audiência, lembrou que foi vítima de uma tentativa de aborto e que sua mãe, na época dona de uma clínica clandestina, tem problemas psicológicos até hoje em função disso.

O único que saiu em defesa do projeto foi Jean Wyllys (PSOL-RJ) que, contrariando sua colega Heloísa Helena, tratou a questão como saúde pública e afirmou que o partido já decidiu apoiar a legalização. “A sociedade quer tutelar e legislar sobre o corpo da mulher. Vocês gostem ou não, as mulheres continuam a recorrer ao aborto. Não há Estado que impeça. Essas mulheres são casadas e excelentes mães. A grande maioria pobre e negra. Os parlamentares ‘pró-vida’ homens usam muita energia para tutelar o corpo da mulher e pouca contra a cultura de morte da homofobia, da indústria armamentista e da desigualdade social”, afirmou o legislador.

Ao final da audiência, o deputado questionou o padre Paulo Ricardo em tom de ironia: “o senhor continua explorando crianças, deixando elas no sol segurando placa anti-aborto?”.



Por Paula Guimarães

Mais sobre a audiência e as tentativas de intimidação contra as feministas:

[A experiência de uma audiência sobre aborto no senado, por Jarid Arraes \(Portal Fórum, 06/08/2015\)](#)

[Sugestão legislativa retoma a pauta sobre aborto no Senado \(GGN, 07/08/2015\)](#)

[Percepções minhas sobre audiência no Senado sobre aborto \(Escreva Lola escreva, 07/08/2015\)](#)

[O Círculo Cínico e as Falácias sobre a Legalização do Aborto \(Revista Cult, 06/08/2015\)](#)

[Um duelo sobre aborto no Senado \(Território de Maíra/CartaCapital, 06/08/2015\)](#)

Acesse no site de origem: [Senado discute ampliação do direito ao aborto pelo SUS \(Rede Feminista de Saúde, 11/08/2015\)](#)

Direito ao aborto legal e seguro como tema da democracia, por Sônia Corrêa

(Sexuality Policy Watch, 07/08/2015) O aborto é decididamente uma questão da democracia ou, para ser mais precisa, de aprimoramento democrático. Esse olhar sobre o tema é necessário e relevante por várias razões. A primeira delas é que a democracia brasileira, embora consolidada em vários aspectos, é frágil em muito outros e não estamos isentos de tentações autoritárias. Nossa democracia pode e deve, portanto, ser alargada e aprofundada.

Além disso, as reformas de leis criminais que devem ser parâmetros para orientar o debate nacional sobre o direitos ao aborto legal e seguro são, sem dúvida, aquelas que resultaram da deliberação democrática — nas sociedades, nos parlamentos e nas cortes de controle constitucional — sobre

o direito das mulheres a decidir a respeito da reprodução. O escopo geográfico dessas reformas é hoje muito amplo indo das primeiras revisões da lei criminal ocorridas na Europa nos anos 1960 e 1970 a reformas e decisões constitucionais recentes que reconheceram o respeito à decisão reprodutiva das mulheres como um direito fundamental em contextos tão diversos quanto a Colômbia, o Distrito Federal do México e o Uruguai. Mas também África do Sul, Nepal e Moçambique.

É vital sublinhar esse aspecto pois na história contemporânea das leis sobre aborto há registros dramáticos de legislações autoritárias e coercitivas de que o caso chinês é o exemplo mais debatido e conhecido por ser ainda vigente. A perspectiva feminista que reivindica o direito de decisão reprodutiva das mulheres repudia as leis e políticas do aborto compulsório, assim como medidas estatais de coação das mulheres à procriação compulsória. São exemplos políticas destinadas à promoção da natalidade que, em passado recente, tiveram efeitos nefastos sobre a vida das mulheres como na Romênia dos anos 1970 e 1980. Cabe também mencionar as restrições drásticas à autonomia das mulheres — muitas vezes implicando violação de seu direito à vida e à saúde — decorrentes de leis nacionais que se pautam pela interpretação absolutista do direito à vida do embrião, como acontece em El Salvador e Nicarágua.

É preciso reiterar sistematicamente o repúdio feminista a ambas manifestações de coerção reprodutiva pois, no debate brasileiro, temos ouvido frequentemente- inclusive no contexto dessa audiência- a tese de que nossa defesa do direito ao aborto legal teria um objetivo impositivo. Muito ao contrário, a premissa de liberdade reprodutiva que defendemos nunca poderá ser coercitiva.

O tratamento do direito ao aborto como uma questão da democracia tem, contudo, outras angulações. Enquanto componente da pauta mais ampla de direitos sexuais e reprodutivos o direito ao aborto legal está inscrito no arcabouço geral de direitos humanos cuja realização está condicionada à gestão democrática das sociedades ou, numa linguagem jurídica mais formal, à existência e aprimoramento do estado de direito.

Mas há outro aspecto, talvez menos debatido: a relação entre autonomia

reprodutiva das mulheres e democracia. Hoje no Brasil, assim como na maioria dos países do mundo, a igualdade entre os gêneros e a participação igualitária das mulheres em todas as esferas da vida são reconhecidas como fortes indicadores de desenvolvimento humano e democrático. Mas vale lembrar que no século 19 e começo do século 20, período em que foi adotada a grande maioria das leis ainda vigentes que criminalizam o aborto, as mulheres estavam excluídas dos direitos formais de cidadania, mesmo quando engajadas em atividades econômicas de caráter público, e continuavam sujeitas ao poder do *pater* família na esfera privada. Mesmo quando nos anos 1930 e 1940, em países latino-americanos como o Brasil, foram reconhecidos o direito ao voto e os direitos trabalhistas das mulheres, as restrições criminais à decisão reprodutiva foram mantidas.

Neste ponto, parece-me instrutivo retomar a elaboração desenvolvida pela Juíza Ruth Ginsburg, da Corte Suprema norte-americana, em seu voto dissidente no caso da nefasta decisão sobre o caso conhecido como Hobby Lobby: *“A habilidade das mulheres de participar em condições iguais na vida social e econômica da Nação foi facilitada por sua habilidade de decidir sobre a sua vida reprodutiva.”* O corolário desse entendimento é que as restrições à autonomia reprodutiva restringindo as possibilidades de participação plena das mulheres na sociedade comprometem a democracia. Assim sendo abrir caminho para o direito ao aborto num marco ampliado de saúde e direitos reprodutivos alarga e aprofunda a democracia.

Outra angulação diz respeito aos significados bastante problemáticos de manutenção e ampliação do recurso à lei criminal como instrumento de pedagogia estatal para correção de “males sociais” em condições democráticas. Em debate recente sobre direitos humanos na América Latina, o secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Emilio Alvarez, sublinhou corretamente que, a despeito da consolidação democrática dos últimos 30 anos, a região vive a pior crise carcerária de sua história. Nunca tantas pessoas estiveram presas em condições tão precárias e sujeitas a violações brutais de direitos humanos. Uma crise que, em grande medida, decorre do apelo ideológico crescente aos recursos do poder punitivo. Nas palavras da jurista [Maria Lúcia Karam](#): *“O quadro vivido neste novo tempo, proporcionando campo extremamente fértil para a intensificação*

do controle social, proporciona e alimenta o crescimento da demanda de maior repressão, de maior rigor punitivo, de maior intervenção do sistema penal, trazendo desmedida ampliação do poder punitivo do Estado.”

Essa incontestada ideologia da punição está imbricada com a chamada Guerra as Drogas e seu efeitos nefastos –sobretudo a isso se refere Karam. Mas a preservação da criminalização do aborto assim como propostas hoje postas sobre a mesa que ampliam a punição desta prática podem e devem ser analisadas através das mesmas lentes que apontam para a contradição estrutural entre aumento do poder punitivo e regras de governança democrática. Numa [entrevista à Revista Liberdades](#) o Juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres também sublinha a essa disjunção ao examinar a inconstitucionalidade dos artigos do Código Penal de 1940 que punem a interrupção da gravidez nos seguintes termos: “...a criminalização do abortamento contraria princípios jurídicos e democráticos. O princípio da idoneidade, por exemplo, exige que a criminalização de qualquer conduta deve ser um meio útil para controlar um determinado problema social. Contudo, a criminalização do aborto tem sido absolutamente inútil, ineficaz e ineficiente para conter a prática dessa conduta... também viola o princípio da subsidiariedade, que determina que, no processo democrático de criminalização, devem ser considerados os benefícios e os custos sociais causados pela adoção da medida proibicionista e criminalizadora”. Nunca é demais lembrar que, seja no Brasil seja em outros países, a aplicação da lei penal é seletiva afetando de maneira mais drástica as mulheres pobres, negras e socialmente excluídas. Seja no caso do aborto ou de outras práticas, sempre estaremos frente a uma correlação perversa entre criminalização, desigualdade e déficit democrático.

Para finalizar quero brevemente tratar de duas condições que são necessárias para assegurar a continuidade do debate democrático sobre criminalização do aborto no Brasil. A primeira é a garantia e qualidade da deliberação democrática. Esse debate, como muitos outros, não é trivial. Portanto, ele requer respeito, escuta e abertura ao diálogo, condições que têm sido bastante escassas no debate brasileiro sobre muitos temas, mas especialmente no caso de questões situadas no campo da sexualidade e da reprodução. Resgatar e ampliar os fluxos de ação comunicativa num contexto

democrático, seja em debates como o de hoje ou no mundo virtual, são os maiores desafios que temos pela frente.

Finalmente, mas não menos importante, os princípios de laicidade, a secularidade e a distinção entre esfera religiosa e esfera do político são também condições necessárias para o processamento efetivamente democrático acerca do direito ao aborto seguro e legal pois, em muitos contextos, as restrições à liberdade reprodutiva hoje vigentes têm origem nas doutrinas do dogmatismo religioso. Não há democracia sem laicidade e a laicidade é garantia tanto de liberdade religiosa como de liberdade de expressão, consciência e livre adesão filosófica.

Nesse âmbito, contudo, é preciso lembrar que pode haver coerção reprodutiva de caráter secular — como se dá na China. No caso brasileiro, em especial, também cabe sublinhar que nossa laicidade novecentista arrasta consigo o legado oligárquico, patriarcal e racista da Velha República, e dentro dele a criminalização das mulheres que abortam. Ou seja, não se trata apenas de resgatar de maneira idealista os marcos normativos da laicidade de 1889, mas sim de reinventar ou refundar premissas de laicidade num mundo que hoje é interpretado por vários autores como sendo pós-secular.

Retomando — de maneira breve e talvez precária — as proposições de Jürgen Habermas em seu debate com Ratzinger, [publicadas pela Folha de São Paulo](#) em 2005 com o título *Cisma do Século 21 : o estado constitucional democrático não pode excluir sem debate a opinião emitida pelas comunidades religiosas*. Nos trânsitos das sociedades democráticas, crentes e não crentes estão desafiados a estabelecer canais de ação comunicativa e, ao fazê-lo, devem idealmente abdicar de posições dogmáticas. Ou seja, devem abdicar do sentimento de que detêm uma visão superior sobre o mundo e a vida humana.

Espero que essas breves ideias contribuam para que o diálogo de hoje e muitos outros que sejam realizados sobre esse tema preencham esses requisitos.

[1] Esse artigo transcreve as ideias compartilhadas pela autora na Audiência Pública chamada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em

6 de agosto de 2015 para debater Sugestão Legislativa nº15, de 2014, que pretende “regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo SUS - Sistema Único de Saúde”. A sugestão, encaminhada ao Senado por meio do Portal e-Cidadania, com 20 mil apoios, obrigou a retomada da discussão da regulamentação do aborto no legislativo federal. Revisão de texto por Angela Freitas

Acesse no site de origem: [Direito ao aborto legal e seguro como tema da democracia, por Sônia Corrêa \(Sexuality Policy Watch, 07/08/2015\)](#)

Pesquisadora da ABIA, Sonia Correa diz que mídia promove pânico moral ao tratar da criminalização da transmissão do HIV

(Agência Aids, 16/03/2015) O debate sobre a criminalização da transmissão do HIV ganhou as páginas nas últimas semanas por meio de diversas reportagens na mídia. Sonia Correa, pesquisadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política (SPW, sigla em inglês), afirma, nesta entrevista ao site da ABIA, que a falta de informação sobre o tema e o despreparo da mídia brasileira ajudaram a criar um clima de pânico moral que afetou a sociedade. Para ela, ao deslocar o foco para um pequeno grupo que tem práticas sexuais dissidentes, como o barebacking, ficam obscurecidos os fatores e as condições que estão no centro do debate sobre aumento da epidemia.

ABIA - Como você avalia esta onda de criminalização da transmissão do HIV no Brasil?

Sonia Correa: As propostas de criminalização da transmissão do HIV não são recentes no Brasil. Desde os anos 1980, tem se utilizado os artigos existentes no Código Penal de 1940 (referentes à transmissão de doença contagiosa) para criminalizar pessoas que supostamente transmitiram o HIV a outras. O primeiro projeto de lei específico de criminalização do HIV é de 2001. Ainda em 2012, a ABIA produziu um relatório sombra sobre o problema da criminalização da transmissão do HIV no país que foi apresentado na Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH ONU). O relatório identificou e analisou criticamente casos em andamento em que pessoas haviam sido acusadas, indiciadas e estavam sendo julgadas com base no Código Penal de 1940. O que há de novo, talvez, é que a onda atual se dá num momento político problemático, pois o novo presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha, é evangélico e declaradamente contra os homossexuais, o aborto e a prostituição. Ele já começou a desarquivar projetos de lei de corte conservador em relação a vários temas, inclusive no que diz respeito à criminalização da transmissão do HIV. Além disso, há uma enorme desinformação sobre essa questão no país. A mídia deveria ser mais reflexiva sobre o papel que vem desempenhando, pois até agora tem promovido o pânico moral. Por exemplo, não têm sido divulgadas no Brasil análises críticas - produzidas por agências das Nações Unidas, instituições acadêmicas ou redes globais que trabalham com HIV/aids - que estão disponíveis e relatam sobre a ineficácia e efeitos negativos dessas leis penais. Um deles é o Manual do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids) sobre Criminalização de 2009 e, mais especialmente, o Relatório da Comissão Global sobre o HIV e a Lei, lançado em 2012 e publicado em português no ano passado. Algumas dessas análises apontam que, em vários países onde leis criminalizam a transmissão do HIV, o fenômeno ocorreu por efeito de situações de pânico moral criadas em torno de casos específicos de transmissão. Sobretudo, esse vasto conjunto de materiais sublinha reiteradamente que essas legislações não têm efeitos positivos do ponto de vista da saúde pública, ou seja, das medidas de prevenção.

ABIA - Qual é a situação atual das leis que criminalizam a transmissão do HIV no panorama mundial?

Sonia: Sempre que se fala nesse tipo de legislação, faz-se uma associação com as políticas globais de HIV e da aids implementadas pela administração de George Bush no começo dos anos 2000. Essa associação não é incorreta em razão do tom moralista das políticas norte-americanas do período que, de fato, influenciaram diretamente a adoção de legislação criminal específica nos países da África Subsaariana. Contudo, um grande número de estados americanos, o Canadá e vários países europeus, aplicam artigos de seus códigos penais (ou seja, leis penais gerais) para criminalizar pessoas acusadas de transmitir HIV e a aids. O exemplo mais conhecido e debatido é o da Suécia, que também criminaliza clientes de sexo comercial. Esse é um dado importante e paradoxal, pois os países do Norte, ditos desenvolvidos, que em geral são vistos como “modelos de democracia e bem estar”, nesse caso, não oferecem um bom parâmetro. Mapas recentes dessas leis criminais mostram que, se na África e outras regiões do Sul Global, leis específicas de criminalização da transmissão foram adotadas recentemente, não tem sido efetivamente implementadas. Já no Canadá, Estados Unidos e Europa, especialmente Suécia, a criminalização, de fato, se implementa a partir de leis não específicas e muitas vezes draconianamente. Por essa razão, as redes internacionais que trabalham com o tema fazem críticas severas e sistemáticas às políticas criminais desses países.

ABIA - Como a sociedade deve ser orientada sobre o tema?

Sonia: Já há alguns anos, a ABIA vem realizando ações para esclarecer a população e ampliar a discussão sobre a criminalização. Em 2010, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Pela Vidda Niterói, organizamos um seminário que resultou numa publicação, lançada em 2011. Já em relação ao relatório sombra que mencionei anteriormente, a ABIA mostrou como o uso feito pela polícia e o judiciário dos artigos existentes no Código Penal para criminalizar a transmissão do HIV pode constituir numa violação de direitos humanos. O caso emblemático foi o de uma mulher condenada no Rio de Janeiro pela transmissão do HIV e morte de um homem, sendo que o óbito havia acontecido antes da investigação. Podemos dizer que

essa mulher foi condenada e presa como base no “disse me disse”. Embora ela possa ter tido relações sexuais com o homem falecido, o mesmo pode ter tido relações com outra pessoa com HIV positivo. Ou seja, nessas condições, era praticamente impossível a prova da transmissão. No ano passado, a ABIA também investiu na disseminação do Relatório da Comissão Global sobre o HIV e a Lei que é hoje um parâmetro fundamental do debate.

ABIA: Quais são efeitos negativos mais relevantes da criminalização da transmissão?

Sonia: Gostaria de citar outro documento importante no debate global sobre esse tema: a Declaração de Olso sobre Criminalização da Transmissão (2012) traz vários artigos sobre como e por que a criminalização gera mais danos do que benefícios em termos de saúde pública. O documento afirma, por exemplo, que as medidas que dão acesso às pessoas a testagem e medidas de prevenção como camisinha e, agora, as novas tecnologias, são sempre mais eficientes para uma resposta de saúde pública do que a adoção de uma lei penal. É isso que a ABIA tem defendido. A lei penal pode ter um efeito espetacular na mídia mas não impacta sobre os fatores estruturais que explicam a transmissão do HIV no sentido amplo que são determinadas por fatores como desigualdade de classe, gênero e raça, falta de acesso à informação, serviços e insumos. O que acontece na prática quando se adota uma lei penal desse tipo? Identifica-se alguém que é considerado culpado. Isso mobiliza paixões sociais em relação a essa pessoa que passa a ser vista como “a” responsável pela transmissão do vírus que mata, por que tem uma sexualidade desregrada. E quando o foco (da lei, da política, do debate público) isola essa pessoa ou um grupo pequeno, são retirados do debate outros aspectos mais relevantes que explicam a ampliação da epidemia. Por exemplo: o HIV continua sendo transmitido e a epidemia cresce ou se estabiliza porque um número significativo de pessoas não faz o teste, não faz prevenção necessária ou não se trata no caso de serem HIV positivas. O foco nas sexualidades dissidentes, como o barebacking, faz esquecer que a transmissão entre homens e mulheres continua por efeito da desigualdade de gênero, especialmente no campo da sexualidade. Foi o que aconteceu com a Talita, a participante do BBB que se tornou a “Geni” das redes sociais, porque não se previne como deve, enquanto seu parceiro foi completamente

preservado. Há também os jovens que estão fazendo sexo com homens (ou aqueles que se autodenominam gays) e que, de alguma maneira, deixaram de fazer a prevenção porque as campanhas, mostrando que a epidemia não desapareceu, foram abandonadas. O tema do risco, particularmente entre homens, é um tema pouco debatido. As pessoas não estão usando camisinha por quê? Por que não encontram? Onde estão as camisinhas? As pessoas que são HIV positivo, se não estão se tratando, por quê? Enfim, tem várias perguntas de caráter social e cultural que ficam esquecidas quando se põe o foco em 3, 10, 15 pessoas envolvidas com práticas sexuais dissidentes de transmissão deliberada do HIV. A entrevista de Richard Parker ao Caderno “Aliás”, do jornal “O Estado de São Paulo”, explora esses aspectos em profundidade e dever ser lida por todos os interessados no tema.

ABIA - Como o movimento aids deve lidar com essa nova onda?

Sonia: É preciso ter muita cautela na questão das práticas sexuais, sejam quais forem, desde que ocorram sob consentimento. Além disso, qualquer debate que o movimento da aids faça (ou qualquer iniciativa que seja tomada em relação ao pânico moral criado em torno do barebacking no contexto dessa nova onda de criminalização da transmissão do HIV) é vital correlacionar esse tema com as demais questões que cabem na cesta da criminalização tais como o aborto, a criminalização de clientes de prostituição e a criminalização de drogas. Esses temas estão na pauta do Congresso neste momento. Existe, por exemplo, um projeto de lei chamado o Estatuto do Nascituro, cuja tramitação e a aprovação eventual podem implicar na eliminação dos três permissivos de aborto no Brasil, ou seja, casos de estupro, risco para a mãe e anencefalia. Considerando as condições políticas do Congresso, pode acontecer que o projeto do deputado João Campos sobre a criminalização de clientes de prostituição, também saia da gaveta para se contrapor a Lei Gabriela Leite, apresentada pelo deputado Jean Wyllys. Da mesma forma, há projetos draconianos sobre o aumento da criminalização do uso das drogas que tendem a ser desarquivados e que colocam o Brasil na contra mão da tendência mundial. Lá fora, incluindo os EUA, tem se repensado criticamente a “guerra às drogas”. Um debate informado e plural sobre a criminalização da transmissão o HIV – pensada nesse contexto mais amplo – pode contribuir para uma reflexão crítica sobre

o recurso fácil da lei penal como instrumento de pedagogia social. Pois, hoje, no Brasil - assim como em outros países - essa perspectiva tem sido adotada sem maior cautela por vários movimentos sociais que lutam pela igualdade entre os gêneros e os direitos sexuais.

Acesse no site de origem: [*Pesquisadora da ABIA, Sonia Correa diz que mídia promove pânico moral ao tratar da criminalização da transmissão do HIV \(Agência Aids, 16/03/2015\)*](#)

Mais de 2,7 bilhões vivem em países onde ser homossexual é crime

(O Globo, 17/05/2014) Segundo estudo de associação internacional, em país algum direitos são iguais para homossexuais e héteros

Cerca de 2,79 bilhões de pessoas vivem em países onde ser gay gera punições como prisões, chicotadas e até morte, mostra pesquisa da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (Ilga, na sigla em inglês). O número é sete vezes maior que a população residente em lugares onde é permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aponta o relatório, divulgado pelo jornal britânico "The Guardian".

De acordo com o estudo, não há sequer um país em que homossexuais tenham os mesmos direitos legais que heterossexuais. Segundo o levantamento, são cinco os países em que há pena de morte para a homossexualidade: Irã, Mauritânia, Sudão, Arábia Saudita e Iémen. Outros 71 punem gays e lésbicas com prisão e punição corporal.

A Ilga destaca também progressos conquistados pelos grupos em defesa dos direitos LGBT. Mais de 1,3 bilhão mora em países em que há proteção legal

contra discriminação contra gays e lésbicas.

- Está se tornando cada vez mais importante encontrar recursos humanos e financeiros para iniciar um exercício de mapeamento em relação à violência baseada em orientação sexual e identidade de gênero, com o fato de que um país adotar uma legislação progressista não é uma garantia de que a vida dos LGBTI (LGBT mais intersexuais) que vivem nele vai melhorar ou deixar de experimentar discriminação e violência - afirmou Renato Sabbadini, diretor-executivo da Ilga, ao jornal britânico.

Dia Internacional contra Homofobia é celebrado neste sábado

O Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia é comemorado neste sábado, 17 de maio. A data marca o dia em que a homossexualidade foi excluída da lista de doenças mentais pela Organização Mundial da Saúde, em 1990. Nesta sexta, a Anistia Internacional divulgou comunicado analisando a ocorrência de casos de intolerância em vários países. "Os governos de todo o mundo precisam intensificar e cumprir sua responsabilidade de permitir que as pessoas se expressem, protegidos da violência homofóbica", informa o texto.

A publicação destaca países nos quais houve aumento da homofobia nos últimos anos, como a Rússia. A situação dos países africanos também tem chamado atenção da organização. No Brasil, apesar de as agressões e a violência que a população LGBT é vítima, chegando a 300 assassinatos por ano, segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o assessor de direitos humanos da Anistia Internacional, Maurício Santoro, afirma que a legislação melhorou nos últimos anos.

- A gente teve a decisão do Supremo legalizando o casamento de pessoas do mesmo sexo, que é uma decisão muito importante, pois coloca o Brasil numa vanguarda de países que adotaram esse tipo de lei. Tivemos várias decisões de tribunais superiores concedendo benefícios de saúde e de previdência para parceiros em relacionamentos homossexuais, antes mesmo do casamento ser aprovado - aponta Santoro.

Para melhorar o cenário, a Anistia Internacional propõe leis mais duras para

combater a homofobia no Brasil, além da discussão e melhor aceitação do tema dentro das escolas e pelas forças de segurança. No âmbito internacional, a campanha da entidade estimula que as pessoas assinem petições e enviem cartas para os governantes.

A sede da Anistia Internacional no Rio recebe, neste sábado, o projeto “Eu Te Desafio a Me Amar”. A mostra terá filme e exposição fotográfica da artista Diana Blok, que registrou artistas, militantes e personalidades políticas LGBT. Os visitantes também poderão participar de debate sobre o tema “Liberdade de expressão e direitos humanos de minorias sexuais”, às 16h, com a participação do diretor-executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque, do cônsul da Holanda no Rio de Janeiro, Arjen Uijterlinde, da diretora de Comunicações do Comitê International Day Against Homophobia and Transphobia, Claire House, da coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, Sônia Correa, e do pesquisador Benjamin Neves. O vídeo “Eu te desafio a me amar” será exibido às 19h30, seguido de conversa com a diretora e fotógrafa Diana Blok e outros participantes do projeto. A sede da Anistia Internacional Brasil está localizada na Praça São Salvador, em Laranjeiras, zona sul do Rio.

(Com informações da Agência Brasil)

Acesse o PDF: [Mais de 2,7 bilhões vivem em países onde ser gay é crime \(O Globo, 17/05/2014\)](#)

[Acesse no site de origem](#)

Anista aponta que homofobia ainda é tolerada por governos ao

redor do mundo

(Agência Brasil, 17/05/2014) Hoje (17) é o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia. Apesar dos esforços da sociedade civil, em todo o mundo, o preconceito ainda é vivido na pele pela comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Um comunicado divulgado pela Anistia Internacional analisa a ocorrência de casos intolerância em vários países e destaca que “os governos de todo o mundo precisam intensificar e cumprir sua responsabilidade de permitir que as pessoas se expressem, protegidos da violência homofóbica”.

O assessor de direitos humanos da Anistia Internacional, Maurício Santoro, explica que a publicação destaca uma série de países nos quais houve aumento da homofobia, nos últimos anos.

“Um desses países é a Rússia, onde a homossexualidade é legal, foi permitida em 1993, quando houve a transição da União Soviética para a Rússia. Mas, desde então, foram aprovadas uma série de leis na Rússia que restringem muito a liberdade de expressão e a liberdade de associação dos grupos LGBT. As paradas de orgulho foram proibidas, essas pessoas sofrem agressões nas ruas e não conseguem registrar queixas na polícia”, diz Santoro.



O Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia é lembrado neste sábado (17) Marcelo Camargo/Agência Brasil

A situação dos países africanos tem chamado a atenção da organização. “A África hoje é o continente com o maior número de leis homofóbicas, para diversos países da região. O caso de Uganda é particularmente chocante porque o país aprovou, há algumas semanas, uma lei muito dura, que criminaliza totalmente a homossexualidade e que prevê inclusive a pena de morte para as pessoas que forem presas pelo chamado crime de homossexualidade agravada, seja lá o que isso signifique”, critica.

No Brasil, apesar das agressões e da violência que a população LGBT é vítima, chegando a 300 assassinatos por ano, segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Santoro

afirma que a legislação melhorou nos últimos anos.

“A gente teve a decisão do Supremo legalizando o casamento de pessoas do mesmo sexo, que é uma decisão muito importante, pois coloca o Brasil numa vanguarda de países que adotaram esse tipo de lei. Tivemos várias decisões de tribunais superiores concedendo benefícios de saúde e de previdência para parceiros em relacionamentos homossexuais, antes mesmo do casamento ser aprovado”, aponta.

Para melhorar o cenário, a Anistia Internacional propõe leis mais duras para combater a homofobia no Brasil, além da discussão e melhor aceitação do tema dentro das escolas e pelas forças de segurança.

No âmbito internacional, a campanha da entidade estimula que as pessoas assinem petições e enviem cartas para os governantes, para “colocar pressão internacional sobre cada governo”, diz Santoro.

Como parte das comemorações que marcam o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia, a sede da Anistia Internacional no Rio recebe, neste sábado, o projeto Eu Te Desafio a Me Amar, lançado em Brasília, na última quarta-feira (14).

A mostra, que também passou pelo Complexo de Favelas da Maré, no Rio, apresenta filme e exposição fotográfica da artista Diana Blok, que registrou artistas, militantes e personalidades políticas LGBT. Ela utiliza as artes visuais para tratar da liberdade e do respeito às escolhas pessoais em torno de questões de gênero, cor, identidade e credo.

Os visitantes também poderão participar de debate sobre o tema Liberdade de Expressão e Direitos Humanos de Minorias Sexuais, às 16h, com a participação do diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque, do cônsul da Holanda no Rio de Janeiro, Arjen Uijterlinde, da diretora de Comunicações do Comitê International Day Against Homophobia and Transphobia, Claire House, da coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, Sônia Correa, e do pesquisador Benjamin Neves.

O vídeo Eu Te Desafio a Me Amar será exibido às 19h30, seguido de conversa com a diretora e fotógrafa Diana Blok e outros participantes do projeto. A

sede da Anistia Internacional Brasil está localizada na Praça São Salvador, em Laranjeiras, zona sul do Rio.

Acesse o site de origem: [Anista aponta que homofobia ainda é tolerada por governos ao redor do mundo](#)

Família de brasileira que morreu de maus-tratos na gravidez recebe indenização imposta pela ONU

(O Globo, 04/04/2014) No dia 11 de novembro de 2002, Alyne da Silva Pimentel tinha 28 anos e estava grávida de seis meses. Sentia dores abdominais e decidiu ir à maternidade Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, em Belfort Roxo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Depois de passar por exames, foi mandada de volta para casa com a garantia de que ela e o bebê estavam bem. Dois dias depois, precisou voltar ao hospital e, ao ser reexaminada, descobriu que o coração do filho já não batia. O sofrimento de Alyne não parou, no entanto, por aí. Depois de parir um natimorto, esperou 14 horas para ter a placenta removida e viu seu quadro de saúde se agravar. Precisou, então, ser levada ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, mas teve que aguardar oito horas por uma ambulância. Quando chegou ao local, a equipe médica que a recebeu constatou que seu prontuário não tinha vindo com ela e nada pode fazer. Um dia depois, Alyne faleceu.

Quatorze anos após sua morte e depois de ter perdido em todas as instâncias

judiciais do Brasil, a família de Alyne recebeu, há poucos dias, uma reparação financeira (de valor desconhecido) imposta ao Brasil pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher — departamento da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, sua mãe viu surgir hoje, na Maternidade Mariana Bulhões (aberta dentro do hospital em que Alyne morreu), uma seção que levará o nome da gestante morta e que reunirá informações sobre gravidez de alto risco. Amanhã, a família participará de um seminário sobre o assunto. O evento acontecerá às 14h, na sede da Procuradoria Geral da República e marcará o desfecho do primeiro caso de condenação por violação de direitos humanos em morte materna em todo o mundo.



Mãe de Alyne inaugura placa em hospital Divulgação

— Não foi fácil. Esgotamos todas as opções de Justiça e de reparação no estado e no país. Só depois fomos apelar para esse comitê específico da ONU — contou Sonia Correa, pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids e que acompanhou o caso desde o início.

Para Maria de Lourdes da Silva Pimenta, mãe de Alyne, a condenação servirá para evitar que outras mães percam suas filhas da mesma forma que ela perdeu a sua.

— Minha filha, semanas antes de morrer, estava comemorando o aniversário de minha neta Alice. Alyne não vai voltar, mas o que posso fazer é ajudar para que outras mães não vivam o que vivi — desabafa Maria de Lourdes, que chegou a se encontrar com a ex-ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) para contar sua história. — Ela me abraçou, pediu perdão e chorou. Eu não chorei. Consegui me segurar.

Mas, se em Brasília a mãe de Alyne conseguiu se conter, o mesmo não costuma acontecer no caminho que faz todo dia na Baixada Fluminense.

— Meu ônibus passa em frente à maternidade em que minha filha foi atendida. Antes, não conseguia olhar para lá. Hoje até olho, mas me emociono.

Alyne faz parte de um grupo aterrorizante. É uma das 4.100 mulheres que morrem em decorrência da gravidez todos os anos no Brasil, segundo dados de 2005 da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para se ter uma ideia, o número representa um quarto de todas as mortes de mulheres latino-americanas. E, ainda segundo a organização internacional, 90% delas poderiam ser evitadas se houvesse cuidados no pré-natal.

A melhoria dessa área da saúde é uma das oito Metas do Milênio que o Brasil concordou em pôr em prática até o ano que vem junto à ONU. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2012, a redução da mortalidade materna foi de 3,6% em todo o mundo. No Brasil, no entanto, este número foi seis vezes menor, de apenas 0,6%. Alyne vira agora símbolo desta luta por melhorias.

— O estado está dando um passo importante ao reconhecer que o sistema de saúde falhou com Alyne — disse Mônica Arango, a diretora regional da América Latina e do Caribe do Centro de Direitos Reprodutivos. — Mas ele deve mas deve agir rapidamente para que sejam criadas políticas públicas que melhorem os serviços de saúde materna para todas as mulheres.

Acesse o PDF: [Família de brasileira que morreu de maus-tratos na gravidez recebe indenização imposta pela ONU](#)